



Ensino de filosofia: uma revisão sistemática de caráter exploratório sobre possibilidades visuais para o ensino de pessoas surdas usuárias da Libras

Philosophy Teaching: An Exploratory Systematic Review of Visual Possibilities for Teaching Deaf Individuals Who Use Brazilian Sign Language (Libras)

Enseñanza de la filosofía: una revisión sistemática de carácter exploratorio sobre posibilidades visuales para la enseñanza de personas sordas usuarias de la Lengua Brasileña de Señas (Libras)

Kassandra Andrade de Sousa¹, Luiz Renato Martins da Rocha²

Resumo: O ensino de filosofia para pessoas surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ainda constitui um campo pouco explorado no contexto acadêmico brasileiro, apesar dos avanços legais e dos estudos em educação especial e inclusiva e em educação bilíngue de surdos. Este estudo tem como objetivo analisar e sistematizar as pesquisas produzidas na área do ensino de filosofia para alunos surdos do ensino

¹ Aluna da Licenciatura em Ciências Humanas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7442-1818>, s.andrade@aluno.ufabc.edu.br

² Docente de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP). Líder do FormATeI-Diversidade – Grupo de Pesquisa em Formação de Docentes com foco na Acessibilidade, Tecnologias, Inovação, Inclusão e Diversidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2884-4956> . luizrenato@usp.br . Beneficiário/a de auxílio financeiro da CAPES – Brasil.

médio, com ênfase no uso de recursos visuais e da Libras como língua primária de ensino, evidenciando tensionamentos e lacunas existentes na área. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, feita a partir da revisão sistemática de caráter exploratório da literatura em dois bancos de dados: o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil). Os dados foram analisados com o software Iramuteq, a fim de possibilitar a identificação de avanços terminológicos da filosofia em Libras e métodos utilizados por diferentes pesquisadores em sala de aula, bem como os desafios para professores de estudantes surdos, como a falta de formação específica e a escassez de materiais didáticos para esse público. A pesquisa contribui ao apontar caminhos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e fundamentar futuras investigações sobre o tema.

Palavras-chave: Filosofia; Libras; Educação de surdos; Visualidade.

Resumen: La enseñanza de la filosofía para personas sordas usuarias de la Lengua Brasileña de Señas (Libras) aún constituye un campo poco explorado en el contexto académico brasileño, a pesar de los avances legales y de los estudios en educación especial e inclusiva. El presente estudio tiene como objetivo analizar y sistematizar las investigaciones producidas en el área de la enseñanza de la filosofía para estudiantes sordos de la educación secundaria, con énfasis en el uso de recursos visuales y en la utilización de la Libras como lengua primaria de enseñanza, evidenciando las tensiones y vacíos existentes en el campo. Se trata de una investigación cualitativa y exploratoria, desarrollada a partir de una revisión sistemática de la literatura en dos bases de datos: el Banco Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD) y SciELO Brasil. Los datos fueron

analizados con el apoyo del software *Iramuteq*, lo que permitió identificar avances terminológicos de la filosofía en Libras y los métodos utilizados por diferentes investigadores en el aula, así como desafíos enfrentados por los docentes de estudiantes sordos, tales como la falta de formación específica y la escasez de materiales didácticos dirigidos a este público. La investigación contribuye al señalar caminos para el desarrollo de prácticas pedagógicas inclusivas y al fundamentar futuras investigaciones sobre el tema.

Palabra clave: Filosofía; Libras; Educación de personas sordas; Visualidad.

Abstract: The teaching of philosophy to deaf individuals who use Brazilian Sign Language (Libras) still constitutes a little-explored field within the Brazilian academic context, despite legal advances and the growth of studies in special and inclusive education. This study aims to analyze and systematize research produced in the field of philosophy teaching for deaf high school students, with an emphasis on the use of visual resources and on Libras as the primary language of instruction, highlighting existing tensions and gaps in the area. This is a qualitative and exploratory study, conducted through a systematic literature review using two databases: the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and SciELO Brazil. Data were analyzed using the Iramuteq software, enabling the identification of terminological advances in philosophy in Libras and of the teaching methods employed by different researchers in the classroom, as well as challenges faced by teachers of deaf students, such as the lack of specific training and the scarcity of teaching materials for this population. The research contributes by

indicating pathways for the development of inclusive pedagogical practices and by supporting future investigations on the topic.

Keywords: Philosophy; Libras; Deaf Education; Visuality.

Introdução

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN: Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), popularmente conhecida como LDB, a filosofia compõe o currículo do ensino médio no Brasil, mas não de forma linear, tendo sofrido várias alterações nos mais de trinta anos de existência da lei supracitada.

Da promulgação da lei em 1996 até a revisão da LDB pela Lei nº 11.684, de 2008, a filosofia aparecia de maneira discreta, pois era apenas necessário que os egressos do ensino médio tivessem “[...] domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1996). Decorridos doze anos da publicação da LDB, a Lei nº 11.684 (Brasil, 2008) veio alterar a LDB e tornar, pela primeira vez, explícita a obrigação do ensino de filosofia: “[...] serão incluídas a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. (BRASIL, 2008).

No entanto, com a publicação da Medida Provisória nº 746 (Brasil, 2016), a obrigatoriedade da disciplina de filosofia foi revogada. Posteriormente, essa alteração foi modificada pela Lei nº 13.415, de 2017, que reinseriu a filosofia no ensino médio, embora sob uma nova organização curricular. Conforme estabelece a referida lei, “[...] a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017).

Depois de algumas mudanças na legislação, atualmente o ensino de tal disciplina é obrigatório de forma indireta, não sendo necessária a existência de uma disciplina específica. Isso significa que a filosofia pode ser ensinada como uma oficina didática ou como conteúdo em outras disciplinas obrigatórias ou eletivas. Embora essa abordagem ofereça liberdade às escolas para explorar temas relevantes da filosofia em seus contextos, ela também pode desvalorizar a área, já que não apresenta claramente o que será ensinado ou como.

Destaca-se, portanto, que mesmo com a existência da filosofia enquanto componente curricular no ensino médio como disciplina, práticas de ensino ou competências, poucas pesquisas foram produzidas no âmbito científico para acessibilizar o currículo na garantia do aprendizado de mais de 20 mil estudantes surdos matriculados na educação básica, dos quais parte significativa encontra-se no ensino médio (INEP, 2023).

A educação das pessoas surdas se fortalece no Brasil a partir dos anos 1990, com o Brasil assumindo compromissos internacionais em defesa das pessoas com deficiência, como a Declaração de Jomtien (ONU, 1990) e a Declaração de Salamanca (ONU, 1994), além da promulgação da supracitada LDB (Brasil, 1996). Apesar disso, é nos anos 2000 que se destacam as principais políticas para Pessoas Público da Educação Especial (PEE) no Brasil, como o “marco político do Programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008”. (Minholi; Rocha, 2024, p.2).

Pensando na educação específica para a população surda, ainda há a Lei nº10.436, de 2002, conhecida como Lei de Libras, que a reconheceu como meio legal de comunicação e expressão e garantiu o direito das pessoas surdas a sua primeira língua, além de impor à formação de professores e fonoaudiólogos o estudo da Libras. Mesmo com tantos avanços no âmbito legal, foram poucas as pesquisas que se dedicaram a conectar o ensino de filosofia à comunidade surda do país.

Nesse contexto de uma educação plural, atenta às diferenças e às singularidades das pessoas surdas, Barbosa et al. (2018) apresentam alguns problemas relacionados ao ensino de filosofia para adolescentes surdos no ensino médio, entre eles a falta de preparo dos professores para lecionar a esses educandos e o baixo número de pesquisas acadêmicas voltadas para a área. A falta de sinais que expressam conceitos filosóficos usados na escola e a desvalorização da carreira do intérprete de Libras também são questões apontadas pelos autores que devem ser enfrentadas no processo de ensino dos surdos.

Além das dificuldades dos professores no ensino da filosofia citadas, o método geralmente utilizado no ensino médio pode prejudicar pessoas surdas, uma vez que, conforme a própria concepção de ensino de filosofia discutida por Aspís (2004), o filosofar depende do domínio de uma língua e do uso de conceitos técnicos complexos, sendo o português, em geral, a língua escolhida.

Ao refletir sobre a relação entre filosofia e filosofar, Aspís (2004) retoma Kant e defende que não é possível separar ambos os conceitos, portanto, estudar filosofia é fazer filosofia, é dialogar de maneira crítica com os autores e os colegas sobre temas em

constante mudança, e esse processo dialético é mediado por uma língua compreensível aos alunos.

Segundo (Aspis, 2004, p. 307), o ato de filosofar é, portanto, “[...] composto de passos conscientes na análise e crítica dos sistemas filosóficos, exercitando o talento da razão, investigando seus princípios em tentativas filosóficas já existentes”. Para que o aluno possa identificar os sistemas filosóficos à luz de diferentes epistemologias, é fundamental a apropriação dos conceitos em sua primeira língua, valendo-se da Língua Portuguesa como na modalidade escrita.

Diante desse cenário de contradições na educação dos surdos, esta pesquisa propõe-se a realizar uma revisão sistemática de caráter exploratório da literatura a fim de organizar e analisar as produções acadêmicas brasileiras sobre o ensino de filosofia para pessoas surdas usuárias da Libras. Nesse contexto, o estudo é orientado pela seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as produções acadêmicas brasileiras que abordam o ensino de filosofia para pessoas surdas usuárias da Libras, e quais possibilidades visuais e linguísticas elas apresentam?

Para alcançar tal objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa e exploratória, de caráter documental, por meio de uma revisão sistemática de caráter exploratório da literatura em dois bancos de dados científicos: o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil). Os textos foram selecionados a partir de critérios preestabelecidos e analisados com o auxílio do software Iramuteq, ferramenta que possibilita o tratamento estatístico e qualitativo de dados textuais, permitindo identificação de recorrências discursivas e métodos empregados nas práticas pedagógicas descritas pelos pesquisadores.

Destacamos o baixo número de pesquisas encontradas, de modo a demonstrar a necessidade do engajamento na área. Apesar disso, encontraram-se produções originais, sobretudo no estudo da produção de um glossário em Libras da terminologia da filosofia feito por Souza (2020). A autora entende que “embora não menos capaz que um estudante ouvinte da língua portuguesa, o aluno surdo enfrenta mais obstáculos em relação à proficiência na língua portuguesa, além da falta de terminologia de áreas específicas na sua própria língua. Desta forma, se torna mais complexo o ensino da filosofia aos surdos”. (Souza, 2020, p.49).

Ao organizar e analisar criticamente a produção acadêmica existente na área, este trabalho pretende contribuir para o fortalecimento do campo de estudos sobre o ensino de filosofia para alunos surdos do ensino médio, além de apoiar futuras pesquisas e práticas pedagógicas desenvolvidas por pesquisadores e professores.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, considerando que “[...] o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. (Gil, 2008, p.27). Nesse caso, notou-se que a área de ensino de filosofia para adolescentes surdos no ensino médio, por meio da visualidade, carece de pesquisas no contexto universitário brasileiro, tornando necessária a exploração inicial do tema para que futuras pesquisas sejam realizadas.

A pesquisa em tela também tem caráter documental, afinal “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa”. (Gil, 2008, p.51).

Embora se trate de uma pesquisa documental, o público-alvo indireto deste estudo compreende estudantes surdos usuários da Libras matriculados no ensino médio, bem como professores de filosofia e intérpretes de Libras que atuam na educação básica.

Quanto aos objetivos específicos, esta pesquisa busca: (I) identificar as produções acadêmicas que abordam o ensino de filosofia para estudantes surdos do ensino médio; (II) analisar os métodos e recursos pedagógicos descritos nessas produções, com ênfase no uso da Libras e de estratégias visuais; (III) mapear avanços e limitações na construção da terminologia filosófica em Libras; (IV) evidenciar os principais desafios apontados pelos pesquisadores no que se refere ao ensino desses alunos. Esses objetivos orientaram a análise do corpus utilizado como base deste estudo.

O método adotado foi a revisão sistemática de literatura, que é “[...] um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis”. (Galvão, Pereira, 2014, p.183).

Para a análise dos dados, nos valem do software Iramuteq, um programa “[...] gratuito (código aberto) e ancorado no *software* estatístico R e na linguagem de programação *python*” (Rocha; Mendes; Lacerda, 2021, p. 8). Sendo, assim, útil para esta pesquisa por sua capacidade de processar e relacionar dados textuais de forma rápida, mantendo o “[...] rigor estatístico e qualitativo, permitindo aos pesquisadores utilizarem diferentes recursos técnicos de análise lexical [além de proporcionar] variados tipos de

análises, como apoio em elementos gráficos e em análises multivariadas” (Rocha; Oliveira, 2022, p. 5).

Para alcançarmos os objetivos da pesquisa, analisamos artigos de dois bancos de dados diferentes, sendo eles: (1) Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) e (2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As buscas foram realizadas por meio de combinações das palavras-chave: “filosofia”, “ensino” e “surdo”.

Os critérios utilizados para filtrar os resultados foram:

1. Versar sobre o ensino de filosofia;
2. Estar publicado em Língua Portuguesa;
3. Ter como público-alvo da pesquisa alunos surdos usuários da Libras;

Ter sido publicado entre 2013 e 2023.

Para melhor filtrar os resultados, foram utilizados os seguintes critérios de exclusão dos trabalhos encontrados:

1. Ser uma revisão de literatura;
2. Não estar publicado na íntegra (apenas resumo/fragmentos);
3. Não se aplicar à educação básica.

Separados os resultados que corresponderam aos critérios preestabelecidos, realizou-se a leitura dos trabalhos na íntegra para tornar mais precisa a base de dados sobre a qual a pesquisa opera. A fim de realizar uma análise mais acurada dos resultados obtidos, usamos o software de análise qualitativa, o Iramuteq, cujos resultados, a partir dos textos selecionados, serão apresentados e discutidos em seção específica.

Resultados

Apesar de utilizarmos dois bancos de dados para compor o material de pesquisa, apenas o BDTD apresentou resultados que corresponderam aos critérios de seleção desta revisão; portanto, optou-se por expor os resultados em apenas uma tabela, afinal, os operadores booleanos de ambos os bancos de dados foram os mesmos.

Destaca-se o baixo número de materiais encontrados que versem sobre o ensino de filosofia para pessoas surdas, o que expõe a urgência da ampliação das pesquisas na área a fim de contemplar uma parcela da população com acesso limitado ou precarizado aos conteúdos filosóficos.

Ressalta-se que, para a composição desta tabela, consideramos cada resultado individualmente, ou seja, nos casos em que um trabalho foi encontrado em mais de um filtro, ambas as aparições foram separadamente contabilizadas, respeitando, assim, os resultados de cada filtro.

Tabela 1. Resultados das buscas no BDTD

Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Scielo						
Descritores e operador booleano	Resultado das combinações		Resultado após aplicação dos critérios 1, 2, 3 e 4		Resultado após análise de todo o conteúdo	
	BDTD	Scielo	BDTD	Scielo	BDTD	Scielo
Libras e filosofia	438	1	4	0	2	0

Libras e ensino de filosofia	190	0	3	0	2	0
Ensino de filosofia para surdos	122	1	3	0	3	0
Filosofia e surdez	76	1	2	0	1	0
Filosofia e surdos	196	1	2	0	1	0
Filosofia e deficiência auditiva	19	0	0	0	0	0
Ensino de filosofia e deficiência	261	0	1	0	0	0
Educação especial e filosofia	1674	23	0	0	0	0
Filosofia e língua de sinais	171	2	3	0	2	0

Glossário em Libras e filosofia	1	0	0	0	0	0
Total:	3148	29	18	0	11	0
Dados sem repetições	*	0	5	0	3	0

Fonte: Elaboração própria (2025)

Como resultado das buscas têm-se as seguintes pesquisas (todas são dissertações de mestrado defendidas em universidades federais entre 2020 e 2022).

1. Libras e ensino de filosofia: a experiência do pensar pelas mãos que falam. (Almeida, 2021);

Encontrada nos seguintes filtros: Libras e filosofia; Libras e ensino de filosofia; Ensino de filosofia para surdos; Filosofia e surdez; Filosofia e surdos; Ensino de filosofia e deficiência; Filosofia e língua de sinais.

2. O ensino de filosofia para surdos na perspectiva bilíngue (Libras/português escrito). (Junior, 2022);

Encontrada nos seguintes filtros: Libras e filosofia; Libras e ensino de filosofia; Ensino de filosofia para surdos.

3. Filosofia em Língua de Sinais Brasileira: terminologia bilíngue português-LSB. (Souza, 2020);

Encontrada no seguinte filtro: Filosofia e língua de sinais.

Selecionados os textos e a pesquisa avançou para a adequação dos resumos ao padrão Iramuteq para análise das estruturas textuais, respeitando o manual de uso da ferramenta, a fim de elucidar os discursos produzidos por cada pesquisa.

Para cada texto inserido no corpus do software, criamos uma linha de comando com o seguinte padrão: **** *diss_01 *resu_01 *intr_01. As variáveis correspondem aos seguintes descritores: diss – dissertação; resu – resumo; intr – introdução. O número depois das variáveis indica a que texto elas se referem.

Os resultados da análise dos textos selecionados são:

- Segmentos de texto: 159.
- Total de palavras no corpus: 5726.
- Número de palavras com apenas uma aparição no corpus: 1011.

Com os dados devidamente inseridos no corpus do software, foi possível gerar alguns resultados visuais que ilustram os trabalhos analisados, facilitando a discussão sobre eles. Como os textos apresentaram dezenas de palavras repetidas diversas vezes, optamos por apresentar apenas as mais representativas, ou seja, as palavras com frequência igual ou superior a 15.

Tabela 2. Frequência dos termos apresentados na nuvem de palavras.

Termo	Frequência	Termo	Frequência
Filosofia	86	Surdo	69
Como	62	Ensino	51
Filosófico	30	Mais	30

Educação	29	Pesquisa	25
Não	23	Conhecimento	19
Terminológico	19	Condição	18
Condição	18	Linguístico	18
Língua Portuguesa	18	Didático	18
Área	18	Bilíngue	18
Linguagem	17	Língua	7
Estudo	16	Termo	15
Experiência	15		

Fonte: Elaboração própria (2025)

Discussões

Dos três resultados encontrados, o trabalho de Souza (2020) se propôs a explorar as possibilidades de ensino de filosofia em Libras, valendo-se de análise e sistematização de sinais já utilizados pela comunidade surda/usuária da Libras da Universidade de Brasília (UnB) para estudar filosofia.

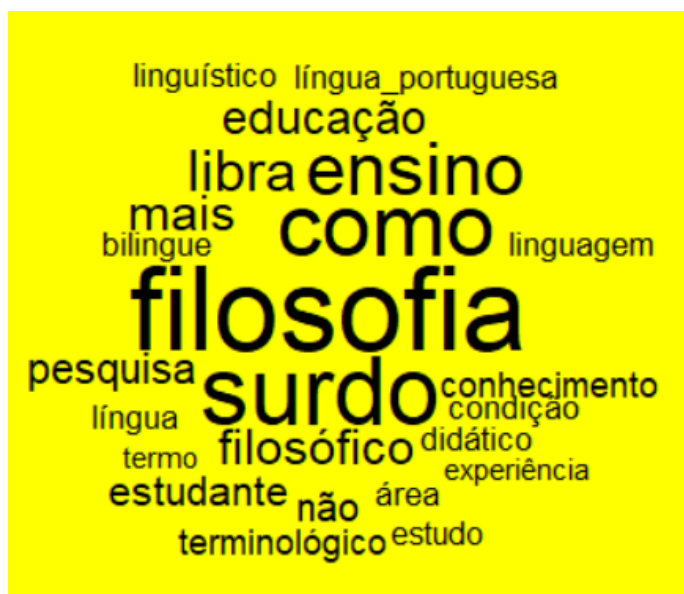
O autor, em sua dissertação, extraiu de livros didáticos e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) diversos conceitos filosóficos usados no âmbito escolar e, com um grupo de intérpretes, surdos e pesquisadores, elaborou um glossário de filosofia em

Libras, tornando seu trabalho útil para pesquisadores, estudantes e educadores de todo o país.

Os trabalhos de Almeida (2021) e Junior (2022) concentraram-se em possibilidades visuoespaciais para o ensino de filosofia para surdos. Almeida (2021) desenvolve um caderno de oficinas filosóficas que inclui pessoas surdas por meio de recursos visuais, mas ambos os trabalhos pouco exploram o uso da Libras no processo educacional desses alunos.

A figura 1 expõe a nuvem de palavras gerada a partir dos termos que tiveram frequência entre 15 e 86 no corpus inserido no Iramuteq, ou seja, as palavras mais frequentes do texto são maiores na figura, e as menos frequentes, menores. De acordo com Rocha, Mendes e Lacerda (2021, p.11) “a nuvem de palavras é considerada uma análise lexical simples, porém muito interessante no tocante aos resultados [...]”, já que evidencia as palavras mais utilizadas pelos pesquisadores, expondo ao leitor os pontos centrais dos textos analisados.

Figura 1. Nuvem de palavras representando os termos mais frequentes identificados no corpus.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Nota-se que as palavras mais frequentes nos textos (filosofia, surdo, como e ensino) alinham-se bem com o objetivo geral desta pesquisa: sistematizar os materiais publicados na área de ensino de filosofia para surdos. Esses termos são comuns aos trabalhos aqui analisados.

O trabalho de Souza (2020) concentra-se na produção de um glossário em Libras a partir do diálogo com usuários da língua e materiais didáticos de filosofia para o ensino médio. Portanto, palavras como “termo”, “terminológico”, “didático”, “língua portuguesa” e “linguístico” evidenciam tanto seu método de pesquisa quanto seus objetivos, tendo por finalidade “[...] analisar os termos da área de filosofia no domínio das comunicações especializadas [para assim construir] uma compilação terminológica” (Souza, 2020, p. 17).

Para alcançar tal objetivo, Souza (2020) valeu-se principalmente da Linguística de Corpus, ferramenta que “[...] ocupa-se da coleta e exploração de corpus, ou de conjuntos de dados linguísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua [...]”. (Sardinha, 2000, p. 325). Considerando a falta de formação de professores capacitados para o trabalho com estudantes surdos evidenciada por Junior (2022), o trabalho de Souza (2020) constitui-se um avanço importante na área dos estudos da Libras e sua relação com a terminologia filosófica.

Os termos “bilíngue”, “didático” e “conhecimento” também se destacam no trabalho de Almeida (2021), sendo mobilizados para evidenciar a escassez de materiais didático-pedagógicos de filosofia em Libras. A autora ressalta que essa ausência impacta diretamente o trabalho do intérprete de Libras, que atua como mediador na relação entre

o professor e o estudante surdo. Segundo Almeida (2021, p. 31), esse profissional deve ter conhecimentos mínimos sobre a disciplina que interpreta, uma vez que a aprendizagem do estudante surdo é prejudicada “[...] dada a não utilização de materiais pedagógicos que possibilitem ao intérprete o domínio básico dos conteúdos filosóficos”.

Portanto, ao fazer esse panorama geral do ensino e aprendizagem de filosofia pelos estudantes surdos da educação básica no país, Almeida (2021) considerou o despreparo dos professores e intérpretes para lidar com alunos surdos nas diversas disciplinas escolares, somado à falta de materiais didáticos voltados especificamente para o ensino de filosofia em Libras como forma de fortalecer tanto a língua quanto à disciplina. Assim, o autor elabora, a partir de sua experiência no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), cadernos didáticos de introdução à filosofia para surdos como forma de intervir na situação-problema.

Junior (2022) é o autor com a proposta mais distante em relação às outras pesquisas. Valendo-se de tecnologias assistivas, o pesquisador elabora um ensino de filosofia para surdos a partir do uso de classificadores e do emprego da ferramenta digital Padlet, associando conceitos básicos da filosofia escolar com sinais, expressões e imagens. Com a Tradução Visual Vernacular (TVV), Junior (2022, p.109) gera “[...] a criação de um ritmo peculiar de articulação de sinais, geralmente rápidos, que caracteriza a performance do Visual Vernacular (VV)”.

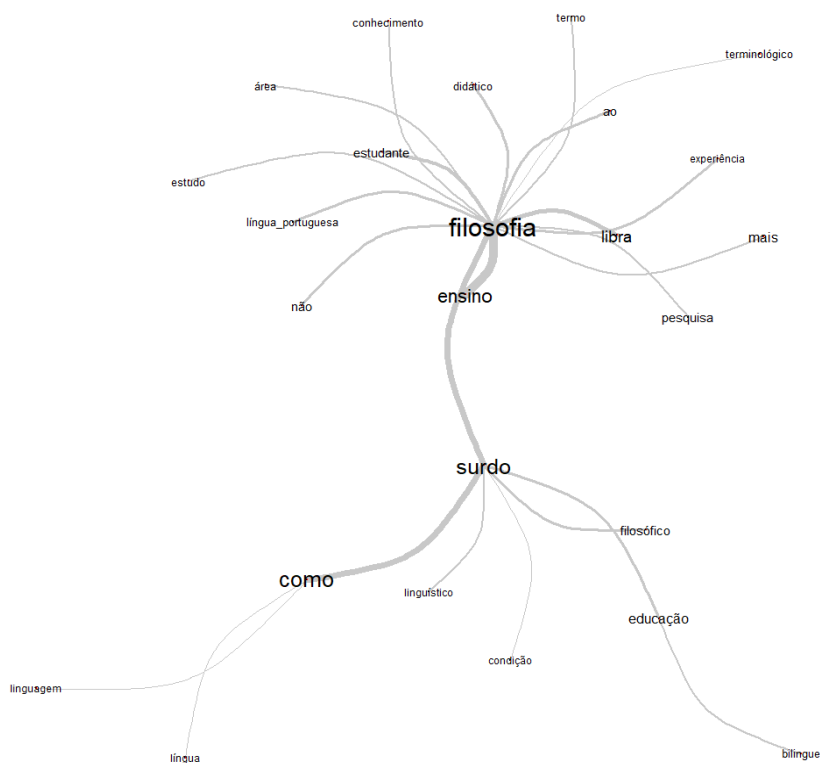
Dessa forma, o autor associa, por exemplo, a Metafísica Aristotélica a “um conjunto de informações visuais que denotam a época e o ambiente histórico [em suas videoaulas]. (Ibid., p.110). Esse recurso faz-se útil no ensino de filosofia para surdos, pois promove associações que podem facilitar a diferenciação por parte do estudante na

definição de um mesmo conceito em diferentes períodos da história da filosofia, fenômeno comum na disciplina.

Apesar das palavras-chave do recurso metodológico de Junior (2022) não estarem expressas na figura 2 (afinal, houve pouca frequência de utilização delas no corpus), a análise dos trabalhos aponta a precisão do Iramuteq na medida em que expõe os elementos centrais dos textos estudados.

O segundo resultado gerado pelo Iramuteq foi a Análise de Similitude, “que identifica relações entre as palavras de maior frequência absoluta selecionadas” (Minholi; Rocha, 2024, p.11).

Figura 2. Análise de Similitude, mostrando as conexões entre os principais termos identificados no corpus analisado.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Nesta análise, os termos destacados são os mesmos da nuvem de palavras anteriormente analisada, afinal, as frequências de repetição no corpus são exatamente as mesmas. Nota-se que “filosofia” e “surdo” são as duas raízes das quais partem as ramificações da figura, confirmando a centralidade do estudante surdo e do ensino de filosofia para os pesquisadores analisados, além da assertividade nas escolhas realizadas neste estudo, desde a seleção do corpus aos critérios de inclusão e exclusão na pesquisa.

As duas raízes centrais, apesar de conectadas, parecem levar os pesquisadores a duas análises diferentes: ao tratar da filosofia, questões como “terminologia”, “língua portuguesa”, “pesquisa”, “glossário” e “proposta” indicam que, ao discutirem a disciplina escolar, os pesquisadores aprofundaram as questões aplicadas de suas pesquisas, como métodos e recursos a serem utilizados, o debate linguístico entre Libras e Língua Portuguesa e a necessidade da pesquisa na área. Isso fica evidente na introdução metodológica de Souza (2020, p.17) “[...] esta pesquisa tem como objetivo analisar os termos da área de filosofia no domínio das comunicações especializadas. Esse caminho nos levará a uma compilação terminológica que ajudará a construir a base estrutural de um glossário terminológico de filosofia em LP (*sic*) e em LSB (*sic*)”.

Já na raiz “surdo”, estão concentradas as pautas básicas das pesquisas aqui descritas, e a partir dela surgem termos como “educação”, “lei”, “sistema”, “realidade”, “pessoa” e “reflexão”. Essas palavras estão associadas às justificativas de pesquisa dos autores e suas fundamentações teóricas. As leis da educação bilíngue de surdos – Lei nº 14.191 (Brasil, 2021) –, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394

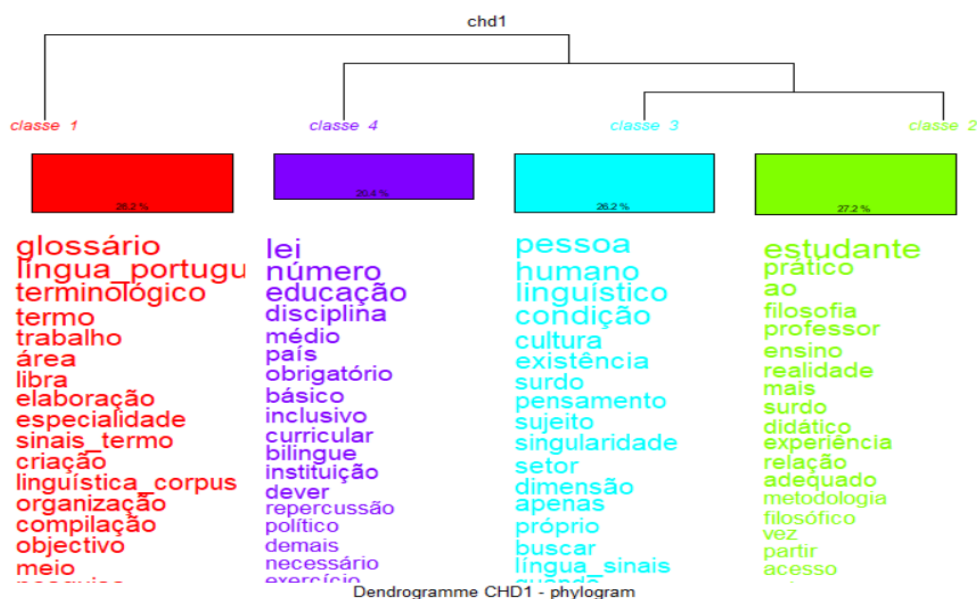
(Brasil, 1996) – e da Lei de Libras – Lei nº 10.436 (Brasil, 2002) – são geralmente utilizadas para defender a necessidade das pesquisas em educação de surdos em Libras. Ambos os pesquisadores mencionam as leis supracitadas.

Ressalta-se que, entre as duas raízes, há o termo “ensino” conectando as partes aplicadas e básicas das pesquisas, afinal, são justamente as propostas de ensino que orientam os métodos e argumentos utilizados para elaborar as pesquisas.

Por fim, utilizou-se o Iramuteq para gerar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que “[...] analisa o corpus textual e estabelece classes de palavras correlatas, oferecendo um contexto por meio de classes lexicais [ou seja] a repartição é realizada com base na frequência das formas lematizadas” (Minholi e Rocha, 2024, p.13).

Figura 3. Esquema do método de Reinert utilizado para a classificação lexical dos segmentos de texto analisados.

Figura 3. Esquema do método de Reinert utilizado para a classificação lexical dos segmentos de texto analisados.



Fonte: elaboração própria (2024).

O dendograma gerado pelo Iramuteq separou os termos mais frequentes do corpus analisado em quatro classes de palavras predominantes, evidenciando que os trabalhos analisados organizam seus discursos em torno de eixos complementares entre si, com propósito de articular linguagem (Libras e Língua Portuguesa), prática pedagógica, sujeito surdo e fundamentação político-legal.

A classe 1 é composta por termos como “glossário”, “terminológico” e “língua portuguesa”, questão que demonstra a centralidade da terminologia filosófica em Libras como condição de acesso ao conhecimento. Esse eixo reflete o método e os objetivos do estudo de Souza (2020) em expandir o léxico filosófico na língua de sinais. A autora afirma que “[...] existe uma imprescindibilidade no contexto atual em relação ao léxico de especialidade em LSB” (Ibid, p.174), e chama atenção para o fato de que os estudos que busquem desenvolver o léxico científico/filosófico em Libras devem considerar os diferentes sistemas de significação de cada língua, e que a validação de cada novo glossário deve ser feita diretamente pela comunidade surda.

A classe 2 é composta por termos como “professor”, “ensino”, “prático” e “metodologia”, deslocando o foco para a mediação pedagógica e para as condições concretas de ensino. Esse agrupamento dialoga com o trabalho de Junior (2022), que problematiza a dependência excessiva do intérprete como solução única para a acessibilidade. Segundo Junior (2022, p.84), o ensino em Libras com o uso do português na modalidade escrita “[...] viabiliza o desenvolvimento cognitivo necessário para o aprendizado da escrita e da condição linguística dos alunos que possuem

desenvolvimento mais consistentes e atitudes mais autônomas nas relações de leitura e interpretação de texto”.

A classe 3 concentra termos referentes ao sujeito surdo, como “pessoa”, “humano”, “cultura” e “singularidade”, demonstrando que os autores desenvolveram uma compreensão da surdez como fenômeno linguístico e existencial complexo. Essa perspectiva é aprofundada por Almeida (2021), que busca investigar o desenvolvimento do ensino e do estudo de surdos a partir da fala com as mãos, ocorridos dentro do campo visuoespacial. A autora também reflete sobre o papel do intérprete no ensino desses alunos, destacando sua função como “[...] um ato cognitivo-linguístico ao traduzir as intenções comunicativas de indivíduos que queiram se comunicar em outra língua” (Almeida, 2021, p.26). O intérprete de Libras é, portanto, uma parte fundamental da educação de estudantes surdos, e seu trabalho deve incorporar tanto os aspectos da Libras (expressões faciais, configuração de mão, gramática etc.) quanto a conceituação científica dos léxicos especializados, que mesclam diferentes línguas orais e visuoespaciais, questão também elaborada por Souza (2020).

Por fim, a classe 4 é composta por termos gerais comuns às três pesquisas, como: “lei”, “número” (referindo-se aos números das leis citadas) e “educação”, elementos utilizados para elaborar as justificativas das pesquisas e formulações teóricas básicas. As leis mais citadas são a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), (LDB) (afinal, é a lei geral da educação formal no país); a Lei nº 10.436 (Brasil, 2002), chamada de Lei de Libras; e a Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, cada uma delas citada por pelo menos um dos três autores. Nota-se que na pesquisa em tela também utilizamos algumas dessas leis para fundamentar nosso trabalho.

Neste sentido, Junior (2022) sustenta que a educação bilíngue para surdos – preconizada em Lei – não pode ser reduzida ao modelo da educação inclusiva tradicional, estabelecendo uma análise dessa modalidade de ensino a partir do contraste entre educação inclusiva e educação bilíngue a partir da Lei nº14.191 (Brasil, 2021). Segundo ele, o ensino especial baseado em uma leitura clínica da surdez “[...] não é o mais adequado para os surdos, tanto pela imposição linguística em sala de aula e na convivência escolar, quanto por sua função reabilitadora pautada mais na deficiência que precisa ser corrigida” (Junior, 2022, p.77).

Diante desse panorama, o dendrograma evidenciou uma organização lexical coerente com os objetivos e recortes das pesquisas analisadas, revelando a centralidade do sujeito surdo, das práticas pedagógicas e dos dispositivos teórico-legais que sustentam o ensino em contextos inclusivos. Além disso, demonstrou que o corpus não se organiza de forma fragmentada, mas articula linguagem especializada, prática pedagógica, experiência de estudantes surdos e fundamentação teórica/legal como dimensões indissociáveis do ensino de filosofia para pessoas surdas.

Considerações finais

Esta pesquisa realizou uma revisão sistemática de caráter exploratório da literatura focada no ensino de filosofia para surdos, especificamente a partir do uso da Libras. A análise revelou uma escassez significativa de materiais e pesquisas nessa área, o que destacou a necessidade urgente de mais estudos e recursos pedagógicos para atender adequadamente aos estudantes surdos. Os trabalhos analisados

mostraram diferentes abordagens, desde a criação de glossários filosóficos em Libras até o desenvolvimento de materiais visuoespaciais e tecnológicos.

Destaca-se o baixo enfoque na questão da formação de professores e intérpretes para o ensino de filosofia para surdos, fator que demonstra uma carência nos estudos da surdez. Nesse sentido, a densidade do conteúdo filosófico não pode ser reduzida apenas à tradução da Língua Portuguesa para a Libras, sendo necessário o letramento filosófico tanto do educador quanto do intérprete. Apesar disso, Souza (2020) demonstrou como se valer do potencial dos educadores para construir um glossário útil para o ensino de ambos os sujeitos.

Conclui-se que o método e as ferramentas desse trabalho foram essenciais para a construção de uma visão panorâmica da área do ensino de surdos. Considerando a escassez de trabalhos, o uso do Iramuteq como recurso de análise textual na pesquisa exploratória tornou possível a compreensão dessa área a partir dos discursos produzidos pelos autores, métodos utilizados e argumentos que se repetiram e se tencionaram.

Esperamos, com essa revisão, fomentar mais pesquisas na área de ensino de filosofia para surdos, além de sintetizar os trabalhos produzidos a fim de apresentar possibilidades de ensino para os educadores que já atuam com surdos. Dessa forma, acreditamos tornar a filosofia uma disciplina cada vez mais acessível, garantindo o acesso à discussão filosófica a todos os sujeitos, independente de variações linguísticas.

Referências

- Almeida, E. M. (2021). *Libras e ensino de filosofia: A experiência do pensar pelas mãos que falam* (Dissertação de mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.
- Aspis, R. P. L. (2004). O professor de filosofia: O ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica. *Cadernos CEDES*, 24(64), 305–320.
- Barbosa, A. dos S. B., Medeiros, J. L. de, & Ribeiro, R. M. B. (2018). Ensino de filosofia e os desafios educacionais do aluno surdo. In *Anais do 17º Congresso de História da Educação do Ceará* (pp. 552–565). Universidade Federal do Ceará.
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51817/1/2018_eve_asbarbosa.pdf
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002: Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2008). *Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008: Altera o art. 36 da Lei nº 9.394/1996, tornando obrigatórias as disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2016). *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016: Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*. Diário Oficial da União.

- Brasil. (2017). *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017: Altera as Leis nº 9.394/1996 e nº 11.494/2007, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2021). *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021: Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos*. Diário Oficial da União.
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas de literatura: Passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). Atlas.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). *Censo da educação básica 2023: Notas estatísticas*. Inep.
- Junior, H. P. da J. (2022). *O ensino de filosofia para surdos na perspectiva bilíngue (Libras/português escrito)* (Dissertação de mestrado em Filosofia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Minholi, F. S., & Rocha, L. R. M. da. (2024). Materiais acessíveis para o ensino de matemática para educandos com deficiência visual: Uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 30, e0064.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1990). *Declaração mundial sobre educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. UNESCO.

- Rocha, L. R. M. da, Mendes, E. G., & Lacerda, C. B. F. de. (2021). Políticas de educação especial em disputa: Uma análise do Decreto nº 10.502/2020. *Práxis Educativa*, 16, e2117585.
- Rocha, L. R. M. da, & Oliveira, J. P. de. (2022). Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: Perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. *Práxis Educativa*, 17, e19961.
- Sardinha, T. B. (2000). Linguística de corpus: Histórico e problemática. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 16(2), 323–367.
- Souza, M. B. de. (2020). *Filosofia em Língua de Sinais Brasileira: Terminologia bilíngue português–LSB* (Dissertação de mestrado em Estudos da Tradução). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.